

## O Programa de Aquisição de Alimentos e a alimentação saudável no município de Mauriti/CE (2010-2014)

Tiago Cartaxo de Lucena<sup>1</sup>, Nataniele dos Santos Alencar<sup>2</sup>, Jamily Freire Gonçalves<sup>3</sup>, José Levi Furtado Sampaio<sup>4</sup> e João Cesar Abreu de Oliveira<sup>5</sup>

**Resumo:** O Programa de Aquisição de Alimentos no município de Mauriti/CE tem influenciado positivamente a produção agrícola e a alimentação saudável nas escolas, pois além de incentivar, também promove a comercialização dos produtos agrícolas, gerando aumento de renda para os agricultores familiares. O objetivo do programa é possibilitar a alimentação saudável para os alunos do ensino básico com produtos agroecológicos provenientes da agricultura familiar, melhorando assim o padrão alimentar e contribuindo para o desenvolvimento do município. O presente estudo teve como objetivo analisar os dados do Programa de Aquisição de Alimentos disponíveis na secretaria de agricultura familiar de Mauriti/CE no período de 2010 a 2014. Nos resultados observou-se que houve um aumento gradativo no investimento de 2010 para os anos de 2012 e 2013, devido ao aumento no número de produtores que participaram do programa. Já no ano de 2011 houve um retrocesso, já que não houve nenhuma compra de alimentos feitos pelo programa Programa de Aquisição de Alimentos. Portanto, justificou-se a pesquisa dada a importância do fortalecimento agrícola para a economia da região, sendo constatadas as relevâncias destas atividades agrícolas e comerciais para o fortalecimento da economia e o crescimento dos investimentos para o município.

**Palavras-chave:** Programa de Aquisição de Alimentos; Alimentação; Agricultura Familiar.

- 
- 1 Mestre pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Professor da Secretaria de Educação do Ceará. E-mail: [tiagoclnsa@gmail.com](mailto:tiagoclnsa@gmail.com)
  - 2 Economista pela Universidade Regional do Cariri (URCA) e Mestranda em Economia Rural (UFC). E-mail: [nataniele-santos@hotmail.com](mailto:nataniele-santos@hotmail.com)
  - 3 Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: [jamilyfreire@gmail.com](mailto:jamilyfreire@gmail.com)
  - 4 Pós-doutor pela Universidade Federal do Cariri (UFCA), Professor Associado da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Campus Crato (IFCE-Crato). E-mail: [njcesar@bol.com.br](mailto:njcesar@bol.com.br)
  - 5 Pós-doutor pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor Associado IV da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: [leviufc@gmail.com](mailto:leviufc@gmail.com)

## The Food Acquisition Program and food healthy in the municipality of Mauriti/CE, Brazil(2010-2014)

Tiago Cartaxo de Lucena<sup>1</sup>, Nataniele dos Santos Alencar<sup>2</sup>, Jamily Freire Gonçalves<sup>3</sup>, José Levi Furtado Sampaio<sup>4</sup>, and João Cesar Abreu de Oliveira<sup>5</sup>

**Abstract:** The Food Acquisition Program in the municipality of Mauriti/CE (Brazil) has positively influenced agricultural production and healthy eating in schools. In addition to encouraging, it also promotes the commercialization of agricultural products, generating income for family farmers. The objective of the program is to enable healthy food for students in basic education with agroecological products from family agriculture, thus improving the food standard and contributing to the development of the municipality. The present study aimed to analyze the Food Acquisition Program data available at the Mauriti family agriculture secretariat from 2010 to 2014. In the results, it was observed that there was a gradual increase in investment in 2010 for the years 2012 and 2013, due to the increase in the number of producers who participated in the program. In the year 2011, there was a setback since there was no purchase of food made by the Food Acquisition Program program. Therefore, research was justified given the importance of agricultural strengthening for the economy of the region, being verified the relevance of these agricultural and commercial activities for the strengthening of the economy and the growth of investments for the municipality.

**Keywords:** Food Acquisition Program; Food; Family Farming.

---

1 M.S. from the Federal University of Ceará (UFC) and Professor of the Education Department of Ceará. E-mail: [tiagoclnsa@gmail.com](mailto:tiagoclnsa@gmail.com)

2 Economist from the Regional University of Cariri (URCA) and M.S. in Rural Economy (UFC). E-mail: [nataniele-santos@hotmail.com](mailto:nataniele-santos@hotmail.com)

3 Undergraduate student in Economic Sciences at Regional University of Cariri (URCA). E-mail: [jamilyfreire@gmail.com](mailto:jamilyfreire@gmail.com)

4 Post-doctoral degree from the Federal University of Cariri (UFCA), Associate Professor at the Regional University of Cariri (URCA) and Professor at the Federal Institute of Education, Science and Technology – Campus of Crato (IFCE-Crato). E-mail: [njcesar@bol.com.br](mailto:njcesar@bol.com.br)

5 Post-doctoral degree from the Federal University of Bahia (UFBA) and Associate Professor IV of the Federal University of Ceará (UFC). E-mail: [leviufc@gmail.com](mailto:leviufc@gmail.com)

## El Programa de Adquisición de Alimentos e la alimentación saludable em el municipio de Mauriti (CE), Brasil (2010-2014)

Tiago Cartaxo de Lucena<sup>1</sup>, Nataniele dos Santos Alencar<sup>2</sup>, Jamily Freire Gonçalves<sup>3</sup>, José Levi Furtado Sampaio<sup>4</sup> y João Cesar Abreu de Oliveira<sup>5</sup>

**Resumen:** El Programa de Adquisición de Alimentos en el municipio de Mauriti (CE) ha influido positivamente en la producción agrícola y la alimentación saludable en las escuelas, pues además de incentivar, también promueve la comercialización de los productos agrícolas, generando aumento de renta para los agricultores familiares. El objetivo del programa es posibilitar la alimentación saludable para los alumnos de enseñanza básica, mejorando así el patrón alimenticio y contribuyendo al desarrollo del municipio. El presente estudio tuvo como objetivo analizar los datos del Programa de Adquisición de Alimentos disponibles en la secretaría de agricultura familiar de Mauriti (CE) en el período de 2010 a 2014. En los resultados se observó que hubo un aumento gradual en la inversión de 2010 a los años de 2012 y 2013, debido al aumento en el número de productores que participaron en el programa. En el año 2011 hubo un retroceso, ya que no hubo ninguna compra de alimentos hecha por el programa “Programa de Adquisición de Alimentos”. Por lo tanto, se justificó la importancia del fortalecimiento agrícola de la región, siendo constatadas las relevancias de estas actividades agrícolas y comerciales para el fortalecimiento de la economía y el crecimiento de las inversiones para el municipio.

**Palabras clave:** Programa de Adquisición de Alimentos; Alimentación; Agricultura Familiar.

- 
- 1 Magister por la Universidad Federal del Ceará (UFC) y Profesor de la Secretaría de Educación del Ceará. E-mail: [tiagoclnsa@gmail.com](mailto:tiagoclnsa@gmail.com)
  - 2 Economista por la Universidad Regional del Cariri (URCA) y cursando la Maestría en Economía Rural en la Universidad Federal del Ceará(UFC). E-mail: [nataniele-santos@hotmail.com](mailto:nataniele-santos@hotmail.com)
  - 3 Cursando el grado en Ciencias Económicas por la Universidad Regional del Cariri (URCA). E-mail: [jamilyfreire@gmail.com](mailto:jamilyfreire@gmail.com)
  - 4 Posdoctor por la Universidad Federal del Cariri (UFCA), Profesor Asociado de la Universidad Regional del Cariri (URCA) y Profesor del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología - Campus Crato (IFCE-Crato). E-mail: [njcesar@bol.com.br](mailto:njcesar@bol.com.br)
  - 5 Posdoctor por la Universidad Federal de Bahia (UFBA) y Profesor Asociado IV de la Universidad Federal del Ceará (UFC). E-mail: [leviufc@gmail.com](mailto:leviufc@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

O resgate de uma cultura alimentar saudável permite um novo modelo de agricultura ecossocial, baseada na diversidade da produção, na ausência de defensivos químicos e na valorização do alimento agroecológico, além de aproveitar os alimentos provenientes da agricultura familiar do município, mesmo não tendo certificação que venha comprovar que os alimentos são essencialmente agroecológicos e sem usos de defensivos agrícolas.

Com o passar do tempo, observa-se que os alimentos vão sendo redefinidos, deixando de serem simplesmente fontes de nutrientes e passando a incorporar novos valores e atributos. Um dos principais motivos dessas redefinições é a intensificação de demanda de mercado por produtos agroecológicos e in natura em virtude dos consumidores passarem a exigir e procurar alimentos funcionais, saudáveis, com sabor, qualidade, cor e tamanho específicos, que estejam sempre disponíveis e com preços acessíveis (BUAINAIN; SOUSA FILHO, 2006).

Nos últimos anos surgiram então novos mercados para a agricultura familiar, devido à capacidade de esses produtores utilizarem as potencialidades do ecossistema local, valorizando os hábitos tradicionais da região com a inclusão social dos agricultores familiares, além de possibilitar uma maior qualidade dos produtos agroecológicos consumidos na alimentação familiar, preservando dessa forma a diversidade e respeitando a cultura regional (ANA, 2010).

Essa nova opção agroecológica está articulada também com a justiça social para um melhor desenvolvimento humano e ambiental, por ser uma possibilidade de combater a fome e a miséria com base na sustentabilidade e convivência no semiárido.

A partir da diversificação dos sistemas produtivos pode acontecer a modificação no desenvolvimento das comunidades rurais, pois possibilita a melhoria da qualidade dos alimentos e seu informe nutricional para a população, já que nas práticas agroecológicas da agricultura sustentável, ocorre o aumento da matéria orgânica, a eliminação de resíduos dos defensivos químicos, como também o controle biológico de insetos e doenças (ANA, 2010).

A agricultura para o desenvolvimento sustentável produz diversidades significativas em todo o período anual. O processo de produção alimentar com base na agroecologia alcança as transformações para a agricultura sustentável na geração de emprego, renda e inter-relação do espaço vivido nas dimensões econômicas e ambientais.

A mudança do campo na produção de alimentos fundamentada na agroecologia interioriza os saberes empíricos dos protagonistas para a sustentabilidade ambiental e agricultura familiar.

Dessa forma, o trabalho foi desenvolvido buscando analisar o número de produtores que participam do programa no município de Mauriti/CE e os investimentos obtidos por eles, para assim observar qual a influência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para a população beneficiada pelo programa.

Os dados do PAA analisados no estudo foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas, além de pesquisa na secretaria de agricultura familiar do município de Mauriti/CE. O recorte temporal estudado compreende o período de 2010 a 2014, sendo fundamental entender que a escala temporal se deu devido à disponibilidade dos dados. Logo, não se tratou de estudar as mudanças com as últimas leis e decretos vigentes atualmente como o Decreto 9.064 de 31 de maio de 2017.

Logo, justifica-se essa pesquisa e se conclui que o PAA vem contribuindo para a melhoria da agricultura familiar e uma alimentação saudável para as escolas, além de efetivar o desenvolvimento local e sustentável do município de Mauriti/CE.

## **2 O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E A SEGURANÇA ALIMENTAR**

A agroecologia está baseada na segurança alimentar, valorizando a integração dos saberes entre as comunidades além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida através da alimentação saudável no lugar onde se vive. Ela permite a autonomia dos camponeses nas atividades produtivas, já que possibilita a inclusão social e dá a liberdade de decisão no planejamento comunitário e também no manejo dos agroecossistemas locais (ANA, 2010).

A agroecologia foi definida como ciência através dos dados satisfatórios referentes à gestão de recursos naturais pela agricultura familiar camponesa. Com o uso adequado dos recursos naturais da localidade através da agrobiodiversidade, efetiva-se a capacidade e a potencialidade técnica e a cultura social com a gestão integrada do ecossistema (CAPORAL; COSTABEBER, 2003).

Conforme Altieri (1989), a agroecologia, na vertente holística, busca trabalhar com a interatividade social, cultural e ecológica no processo do desenvolvimento da sustentabilidade. A integração das diversas áreas do conhecimento baseado na ciência e o conhecimento empírico sistematiza o processo produtivo pelo agroecossistema.

A agroecologia está voltada para estudos que abordam o manejo ecológico com a ação social participativa numa visão holística com a gestão dos recursos naturais através do modelo sistêmico, preservando a natureza com a diminuição dos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos (GUZMÁN; MANTIÉL, 2006).

A mesma é uma alternativa de luta e reivindicações da sociedade, tem como objetivos obter mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais, através de políticas públicas e assistência técnica de extensão rural associada ao ecossistema local.

As utilizações racionais dos recursos naturais, com práticas integradas aos princípios agroecológicos com a diversidade produtiva, fortalecem e permitem as garantias de segurança alimentar e geração de renda familiar como modelo alternativo de desenvolvimento para a sustentabilidade, que pode ser convertido em propostas de políticas públicas para a agricultura familiar camponesa (ANA, 2010).

A agricultura sustentável almeja a autonomia dos produtores familiares com emprego e renda no campo e valorização do conhecimento prático e científico integrado á realidade das suas atividades (HARWOOD, 1979, p 29).

A partir da utilização da autoconfiança criativa, do conhecimento empírico e dos recursos locais disponíveis, com frequência, os agricultores tradicionais vão desenvolvendo sistemas agrícolas com produtividades sustentáveis (OLIVEIRA; LIMA, 2012).

A agricultura no modelo de desenvolvimento sustentável executa atividades com diversidade de plantas (policultivos) e animais interligados ao manejo e aos recursos naturais da região (CLAWSON, 1985). A agropecuária para a gestão ambiental executa a diversidade genética, o controle biológico e a utilização racional dos recursos do ecossistema.

A agricultura para a sustentabilidade tem o apreço das interações entre as famílias, valoriza o trabalho das mulheres nesse campo e unifica o processo do cultivo sustentável com a aquisição nutricional adequada (ANA, 2010).

Conforme ANA (2010, p. 79):

A agricultura familiar ecológica no semiárido como forma de construção da soberania e segurança alimentar nutricional e regional com o cuidado e a valorização permanente dos recursos naturais e a manutenção da agrobiodiversidade, buscou garantir a viabilização e a sustentabilidade de agricultores familiares com a produção ecológica de alimentos. O trabalho é focado nas diferentes atividades que podem ser realizadas nos quintais produtivos gerando uma diversidade de alimentos para o consumo doméstico.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surgiu no Governo Lula (Lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003), incluído no Programa Fome Zero. O Governo Federal procedeu à aquisição de alimentos dos agricultores familiares. Inicialmente, o PAA tinha por finalidade a realização das políticas públicas de combate à fome, geração de emprego e renda com inclusão produtiva dos agricultores familiares. Esse projeto teve início em escolas e creches e diversas organizações filantrópicas (BRASIL, 2009).

O PAA contempla tanto as demandas de acesso aos alimentos das populações em situação de insegurança alimentar como as necessidades dos agricultores familiares de conseguir mercados para seus produtos (GRISA et al., 2011, p. 35).

O PAA foi pioneiro na institucionalização dos agricultores familiares ao mercado. Anteriormente, os agricultores familiares vendiam seus produtos em mercados informais, feiras livres, para atravessadores, por conta dessa circunstância, sendo irrisória a renda mensal das famílias (SOUZA, 2011).

No período estudado o PAA estava incluso nos órgãos vigentes: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Educação; Ministério da Agricultura; Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento; Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda. Além disso, o programa está inserido na Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que é o órgão responsável pela transferência de recursos para os produtores rurais (BRASIL, 2012). Nesse sentido, pontua-se que na época que o artigo foi construído, havia outra governança no PAA.

O PAA tem como objetivo promover o acesso à alimentação e auxiliar o desenvolvimento da agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o Programa realiza a compra de alimentos oriundos da agricultura familiar, isento de licitação, e tem por finalidade uma alimentação segura, dedicada a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e às pessoas que são atendidas pelos órgãos sociais e por veículo público de programa no combate à fome (BRASIL, 2012).

O programa disponibiliza alimentos produzidos por agricultores familiares e pelas organizações da agricultura familiar. Além disso, o programa facilita o estoque de alimentos através de compras governamentais fortalecendo sucessões nas redes de comércio tendo como foco a valorização da biodiversidade, na produção orgânica e agroecológica de alimentos, para que possa

haver o incentivo aos hábitos alimentares saudáveis e também para instigar as cooperativas, associações e os associativismos na produção saudável de alimentos (BRASIL, 2012).

O PAA possibilita para os agricultores familiares mercados para os alimentos produzidos, gerando emprego e renda no campo, com alimentos saudáveis para população: principalmente aqueles que necessitam de uma dieta nutricional variada que estão em situação de risco. Esse programa procede com o armazenamento de alimentos produzidos pelas famílias que convivem no campo e os distribui para as associações no combate à fome (BRASIL, 2012).

Para participar do Programa individualmente, os beneficiários fornecedores devem possuir a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), instrumento que qualifica a família como da agricultura familiar.

As políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares têm como obrigação a DAP. As principais instituições, com base legal, para realizar a DAP, atualmente são: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); as Federações e Confederações de Agricultores; sindicatos; Fundação Cultural Palmares (FUNAI); Ministério da Aquicultura e Pesca; e INCRA.

O PAA promove uma alta estima aos agricultores familiares camponeses na produção local, beneficiando as necessidades da população com a melhoria na alimentação das entidades de assistência social (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos), rede pública e filantrópica de ensino com condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA.

Os valores definidos para os agricultores familiares para vender individualmente, conforme o PAA é de até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por unidade familiar/ano. No fornecimento por meio de organizações, o limite passa a ser de até R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) por unidade familiar/ano (BRASIL, 2012).

O pagamento dos agricultores inseridos no PAA é realizado pela CONAB que recebe essas verbas através do MDS. Esse recurso era repassado inicialmente através dos MDS e do MDA. Os preços de cada produto são estabelecidos pela CONAB em uma tabela cujos valores são inseridos a partir dos preços equivalentes ao do consumidor final em cada região do país, o que é uma vantagem para o produtor camponês, pois vende sua produção por preços agregados.

Esses produtos são encaminhados para órgãos atrelados a algumas políticas, como a política de assistência social que tem a função de auxiliar as pessoas carentes com uma alimentação mais adequada, cobrindo ainda as necessidades alimentares da merenda escolar. Os produtos

ficavam disponíveis em estabelecimentos públicos para serem utilizados no momento oportuno. Eram gerenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), em articulação com o MDA e o MDS.

### **3 METODOLOGIA**

O estudo busca analisar os dados do PAA no município de Mauriti/CE, entre o período de 2010 a 2014. Os dados utilizados são de natureza primária e secundária e foram obtidos através de entrevistas semiestruturadas, visitas de campo nas escolas e propriedades familiares, conversas formais e informais com os atores envolvidos, além de pesquisa na secretaria de agricultura familiar do município de Mauriti/CE, estudos em bibliotecas e investigações em sites e artigos na internet e no espaço virtual das redes sociais online, relacionado com a temática. O estudo foi desenvolvido a partir das referências teóricas sobre o PAA e utilizou-se também da estatística descritiva para melhor apresentar os resultados e conclusões.

### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O PAA foi constituído como uma das ações de políticas públicas que está integrada na efetivação do programa Fome Zero. Esse programa impulsiona maior quantidade de emprego e renda para a agricultura familiar, ao mesmo tempo disponibiliza alimentos para o combate à fome e a miséria no Brasil.

Para negociação nesse programa foram feitas análises de preços dos produtos que são determinados através de pesquisa de mercado ou da CONAB. O preço ofertado ao produtor rural tem que ser maior, como forma de incentivo à permanência deles no programa, garantindo-se a produção e a competitividade.

Segundo a Secretaria de Educação de Mauriti/CE, no ano de 2014, o município teve aproximadamente 11 mil alunos na rede municipal e 2.200 na rede estadual.

Com base em dados da secretaria de agricultura de Mauriti/CE (2014) é possível citar os valores repassados para os agricultores e a quantidade de agricultores que participam do PAA.

No ano de 2010, foi transferido pelo PAA para vinte e cinco produtores rurais o valor de R\$ 102.820,80 para a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar. Não houve no ano de 2011 a compra de alimentos pelo PAA, devido à transição do programa que cobrava do

agricultor familiar a vinculação a uma associação comunitária ou sindical, fato que nem todos não estavam credenciados legalmente para atender os requisitos do programa.

O tipo de modalidade do PAA busca incentivar a produção local da agricultura familiar atendendo a complementação alimentar das entidades das instituições públicas, restaurantes populares, escolas, hospitais, Organizações Não Governamentais (ONGs), cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Com isso fortalece o desenvolvimento local e redes de sustentabilidade social.

Em 2012, a verba através do PAA foi de R\$ 158.183, 50 para a compra de alimentos. A quantidade de produtores totalizou de trinta e seis agricultores na respectiva cidade. No ano de 2013, a compra de alimentos pelo PAA no município de Mauriti/CE teve um valor aplicado de R\$ 171.033,00, que foi repassado para trinta e nove produtores. Podemos perceber que houve o aumento dos investimentos, de 2010 para 2012 e 2013, devido ao aumento do número de produtores que passaram a participar do programa (SECRETARIA DE AGRICULTURA DE MAURITI/CE, 2015).

Nos anos 2010 e 2011 os produtores das mandalas não estavam incluídos no PAA. No primeiro semestre de 2012, no primeiro semestre de 2013 e no segundo semestre de 2013 apenas duas famílias estavam incluídas nos referidos programa: uma do sítio Volta e outra do sítio Fortuna. Essas ações sofrem interferências das políticas públicas que são demasiadamente dinâmicas, sendo que no ano de 2013 foram duas chamadas públicas em razão dos semestres letivos.

A partir do ano de 2012, houve uma resolução no número de produtores cadastrados, tinham de estar associados, o que teve continuidade nos anos seguintes. A associação comunitária dos produtores irrigantes do Sítio Volta e a do São Francisco do Sítio Deserto passaram a integrar o programa.

Portanto, nos anos de 2010, 2012 e 2013 houve aumento na produção alimentícia por parte da agricultura familiar. O valor do repasse também foi significativo, realçou a importância dos programas governamentais para o avanço da agricultura familiar. Os investimentos desses programas no desenvolvimento rural de forma sustentável produzem de forma agroecológica e preservam o ambiente e a permanência do homem no campo com a geração de emprego e renda e produção alimentar para a sociedade tanto local como nas extensões populacionais (SECRETARIA DE AGRICULTURA DE MAURITI/CE, 2015).

No município de Mauriti o PAA é um dos programas de grande importância para alimentação escolar, complementado pelo Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE). Sua realização é obtida em conjuntura com as Secretarias de Educação, Assistência Social e de Agricultura. As informações são transmitidas a partir da Secretaria de Agricultura para os agricultores.

Quadro 1 – Programa de Aquisição de Alimentos em Mauriti/CE

<b>Primeiro semestre de 2012 – 1 Família do Sitio Volta</b>			
<b>Produtos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
Ovos	180 dúzias	R\$ 4,20	R\$ 756,00
Mamão	900 kg	R\$ 0,90	R\$ 810,00
Feijão	1128 kg	R\$ 2,60	R\$ 2932,00
Valor total do Fornecimento			R\$ 4240,00
Renda Mensal			R\$ 848, 00
<b>Primeiro semestre de 2013 – 1 Família do Sitio Volta</b>			
<b>Produtos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
Ovos	100 dúzias	R\$ 4,80	R\$ 480,00
Feijão	681,5 kg	R\$ 2,90	R\$ 1976,35
Valor total do Fornecimento			R\$ 2456,35
Renda Mensal			R\$ 491,27
<b>Segundo semestre de 2013 – Família 1 do Sitio Volta</b>			
<b>Produtos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
Galinha Caipira	100 kg	R\$ 10,00	R\$ 1000,00
Valor total do Fornecimento			R\$ 1000,00
Renda Mensal			R\$ 200,00
<b>Segundo semestre de 2013 – Família 2 do Sitio Volta</b>			
<b>Produtos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Preço Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
Feijão Verde	600 kg	R\$ 4,00	R\$ 2400,00
Valor total do Fornecimento			R\$ 2400,00
Renda Mensal			R\$ 480,00

Fonte: Elaborado pelos autores, adaptado de Secretaria de Agricultura de Mauriti/CE (2015).

No Quadro 1 são abordados os produtos, a quantidade, o preço por unidade, o valor total, valor total do fornecimento e a renda mensal da comercialização dos produtos do sistema mandala a partir do PAA para as escolas municipais e estaduais.

Portanto, percebe-se no quadro acima uma diversidade de atores sociais envolvidos, entre eles agricultores familiares, associações, cooperativas, escolas e instituições filantrópicas, além disso, favorece o fortalecimento, inclusão social e qualidade de vida das pessoas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância da agricultura familiar no município é visível na economia local, uma vez que o PAA impacta positivamente na economia e na vida social das pessoas, sendo relevantes as vantagens alcançadas com as implantações de políticas e programas que valorizam e fortalecem a agricultura familiar, principalmente em municípios de pequeno porte como Mauriti/CE, no qual a principal atividade econômica está relacionada com a agricultura.

O PAA disponibiliza alimentos produzidos por agricultores familiares e pelas organizações da agricultura familiar. Ademais, o programa também facilita o estoque de alimentos através de compras governamentais fortalecendo sucessões nas redes de comércio tendo como foco na produção orgânica e agroecológica de alimentos, a valorização da biodiversidade, para que se possa haver o incentivo aos hábitos alimentares saudáveis.

Através da produção de produtos agroecológicos, o PAA vem auxiliar o desenvolvimento da agricultura familiar de maneira sustentável, se tornando muito importante para a qualidade nutricional das famílias e dos alunos beneficiados, pois além de preservar o meio ambiente, este programa ajuda na permanência do homem no campo com geração de emprego, renda, inclusão social e autonomia dos agricultores familiares.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia. **Sistematização de experiências**. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho em Soberania e Segurança Alimentar da Articulação Nacional de Agroecologia, GT SSA/ANA, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE n ° 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica. Brasília (DF), 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa!. Brasília (DF), 2012.

BUAINAIN, A. M.; SOUSA FILHO, H. M. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questão para debate. Brasília (DF): IICA, 2006. (Desenvolvimento rural sustentável, v. 5). Disponível em: <<http://repiica.iica.int/docs/B0417p/B0417p.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e sustentabilidade**. Bases conceituais para nova extensão rural. 2003. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/13.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

CLAWSON, D. L. Harvest security and intraspecific diversity in traditional tropical agriculture. **Economic Botany**, Bronx, v. 39, n. 1, p. 56-67, Jan./Mar. 1985.

GRISA, C. et al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. 2011. Disponível em: <[http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa\\_AABRPPA\\_Texto\\_PAA\\_versao\\_livro.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABRPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

GUZMÁN, E. S.; MANTIÉL, M. S. Agroecología y soberanía alimentaria: alternativas a la globalización agroalimentaria. **PH CUADERNOS: Patrimonio cultural en la nueva ruralidad andaluza**, Sevilla, p. 191-217, 2006. Disponível em: <<http://institucional.us.es/compromiso/libreconf/docs/agroecologia.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2015.

HARWOOD, R. R. **Small farm development: understanding and improving farming systems in the humid tropics**. Boulder: Westview Press, 1979.

OLIVEIRA, C. B.; LIMA, E. N. **Resumo de agroecologia-altieri**. Brasília (DF): Ministério da Educação; Bom Jesus: Universidade Federal do Piauí, 2012. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAFYK0AJ/resumo-agroecologia-altieri>> Acesso em: 16 mar. 2016

SOUZA, L. B. B. Organizações da Agricultura Familiar no Estado de São Paulo e sua experiência de fornecimento para o PNAE. In: Corá, M. A. J.; Belik, W. (Orgs). **Projeto Nutre SP: Análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Via Pública, 2011.